



ESTADO DO PARÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO PARÁ  
ASSESSORIA JURÍDICA



Objeto: Processo Administrativo nº 201813/GAB/PMSMP/PA

Interessada: Comissão de Licitação

Assunto: Pregão /2018

**PARECER JURÍDICO**

Vistos.

Cuida-se aqui de solicitação de análise e parecer, oriunda da Comissão de Licitação quanto à análise preliminar do **Processo Administrativo nº 201813-GAB/PMSMP/PA – Pregão Presencial xxx/2018**, e o faço nos seguintes termos:

Todo e qualquer contrato administrativo deve obrigatoriamente regência aos preceitos de Direito Público esculpidos na Lei 8.666/93. A razão dessa exigência encontra abrigo no fato de que o poder público não pode escolher livremente um fornecedor qualquer, devendo respeitar sempre os imperativos da isonomia, impessoalidade, moralidade e indisponibilidade do interesse público, que informam a atuação da Administração, obrigam a realização de um processo público para a seleção imparcial da melhor proposta, garantindo iguais condições a todos que queiram concorrer para a celebração do contrato. (art. 37, XXI da CF<sup>1</sup>)

O processo em questão encontra respaldo no pregão regulamentado pela Lei 10.520/2002, meio adequado para a contratação de bens e serviços comuns. Referida lei abriga em seu artigo terceiro os requisitos que devem balizar a fase preparatória, os quais a partir deste momento passarão ser avaliados por esta assessoria jurídica:

<sup>1</sup> Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

[...]

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

Prefeitura Municipal de Santa Maria do Pará – Av. Santa Maria, 001 – Centro  
Praça da Matriz – CEP: 68738-000 – Santa Maria do Pará/PA

PREFEITURA MUN. DE SANTA MARIA DO PARÁ  
CPI  
RECEBEMOS  
DATA 06/03/18  
ASS: [assinatura]



**ESTADO DO PARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO PARÁ**  
**ASSESSORIA JURÍDICA**



Manuseando os autos observei trata-se de processo para a contratação de empresa para prestação de serviços de limpeza urbana.

O processo obedece regular tramitação iniciando com o requerimento de abertura de procedimento licitatório pela autoridade competente, fazendo a correta indicação dos itens a ser licitados, devidamente discriminados com especificações técnicas, quantidades e valores.

Na sequência houve a correta realização de pesquisa de preços, finalizadas com as respostas positivas de adequação orçamentária e financeira, compatibilidade das despesas com o plano plurianual e diretrizes orçamentárias vigentes, saldo orçamentário positivo e finalmente a autorização para a abertura do processo licitatório para contratar a despesa, realizada pela prefeita municipal.

A partir da autorização concedida, foram nomeados os integrantes da comissão de licitação que atuaram e justificaram a forma do procedimento licitatório a ser adotado, qual seja: Pregão Presencial.

Quanto a minuta do Edital, há que se considerar o artigo 40 da lei de Licitação vez que nele encontram-se todos os critérios que nela devem obrigatoriamente constar. Encontramos na minuta integrante do processo administrativo os pressupostos contidos na lei, acompanhados dos anexos incluindo o termo de referência ao item a ser licitado e minuta do contrato dentro dos parâmetros legais.

Da leitura em geral do processo administrativo em questão, levando em consideração as minutas de edital e contrato propostos, observam que está em consonância com as Leis de Licitação e Pregão Presencial, não existindo até o momento elementos que violem a legalidade do ato nem em razão da sua forma e nem quanto as cláusulas propostas.

Diante do exposto, considerando a presença dos pressupostos necessários a iniciar o procedimento licitatório proposto, constatamos a legalidade

PREFEITURA MUN. DE SANTA MARIA DO PARÁ  
CPL  
RECEBEMOS  
DATA 06/12/11  
ASS: [assinatura]





**ESTADO DO PARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO PARÁ**  
**ASSESSORIA JURÍDICA**

---

dos atos até então praticados, pelo que opinamos favorável ao seu regular prosseguimento.

É o nosso parecer salvo melhor entendimento  
Santa Maria do Pará, 06 de março de 2018.

MARCIA DA  
SILVA ALMEIDA

Assinado de forma digital por  
MARCIA DA SILVA ALMEIDA  
Dados: 2018.03.06 11:33:55  
+03'00'

**Marcia da Silva Almeida**

ADVOGADA 8206 OAB/PA

*Marcia da Silva Almeida*  
Advogada  
OAB/PA 8206

PREFEITURA MUN. DE SANTA MARIA DO PARÁ

CPI  
RECEBEMOS  
DATA 06/03/18  
ASS: [assinatura]